

ARTIGO CIENTÍFICO

ACESSO LIVRE

SOCIOLOGIA RURAL

Jose Francisco Costa Junior*; João Vitor Junges*; Edevan Schmitt*; Eduardo Camatti*; Paulo Schrader*; Karina Kestring**

* Acadêmicos da Graduação em Engenharia Agronômica da FACULDADE UNIGUAÇU, josecosta5078@gmail.com; joaovvjunges@gmail.com; edevanschmitt12345.ruguinha@gmail.com; eduardo52ch@gmail.com; paulo.schrader@hotmail.com.

**Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável, professora da Graduação em Engenharia Agronomica da FACULDADE UNIGUAÇU, kaakestring@gmail.com.

INFORMAÇÕES**RESUMO**

Este artigo aborda a Sociologia Rural, destacando os principais elementos que estruturam o campo brasileiro, como a questão fundiária, a agricultura familiar, as tradições sociais, as políticas públicas, a globalização e a sustentabilidade. A pesquisa, de caráter bibliográfico, buscou analisar as transformações sociais no campo e o papel das relações sociais na agricultura, enfatizando a importância da agricultura familiar e do cooperativismo. O estudo demonstra que compreender a Sociologia Rural é essencial para o desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável.

Palavras-chave: Sociologia rural; agricultura familiar; desigualdade; políticas públicas; sustentabilidade.

ABSTRACT

This article addresses Rural Sociology, highlighting the main elements that structure the Brazilian countryside, such as land issues, family farming, social traditions, public policies, globalization, and sustainability. The research, of bibliographic nature, analyzed the social transformations in rural areas and the role of social relations in agriculture, emphasizing the importance of family farming and cooperativism. The study demonstrates that understanding Rural Sociology is essential for socially just and environmentally sustainable development.

Keywords: Rural sociology; family farming; inequality; public policies; sustainability.

Copyright ©, 2025, Jose Francisco Costa Junior; João Vitor Junges; Edevan Schmitt; Eduardo Camatti; Paulo Schrader; Karina Kestring. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citação: COSTA JUNIOR, Jose Francisco; JUNGES, João Vitor; SCHMITT, Edevan; CAMATTI, Eduardo; SCHRADER, Paulo; KESTRING, Karina. Sociologia Rural. *Iguazu Science*, São Miguel do Iguaçu, v. 3, n. 8, p. 129-136, dez. 2025.

INTRODUÇÃO

A sociologia rural mergulha fundo em um campo específico da sociologia. Ela se dedica a mostrar as teias sociais no espaço rural, examinando suas constantes mudanças e detalhes únicos. Esta área tenta decifrar não só os hábitos de quem vive no campo mas também como os processos econômicos, culturais, políticos e ambientais mudam e influenciam

esse lugar.

Antigamente, o campo era só visto como um lugar para plantar e colher, mas hoje, percebemos que é um espaço criado pela sociedade, cheio de identidades, disputas e jeitos próprios de se organizar.

No Brasil, a sociologia rural se destaca bastante porque a agricultura sempre foi super importante para a economia e a sociedade, especialmente com todas as questões sobre terra e posse. As questões como a concentração fundiária, a modernização

agrícola, os movimentos sociais no campo, agricultura familiar, sustentabilidade e a relação entre o rural e urbano são, alguns dos principais temas que atravessam o debate sociológico nesse campo.

Dessa maneira, essa disciplina ajuda a desfazer alguns estereótipos sobre a vida camponesa e mostra os efeitos das mudanças econômicas e tecnológicas nas comunidades rurais. A presença de instituições de pesquisa e de publicações científicas, como destacado por Coronel, Bender Filho e Perondi (2024), também tem contribuído para modernizar e fortalecer esse campo de estudo, aumentando assim a importância acadêmica.

A sociologia rural, com suas teorias, têm um papel crucial no planejamento de políticas públicas, em particular as que visam o desenvolvimento sustentável, diminuir as desigualdades sociais e fortalecer a segurança alimentar. Estudar as relações sociais no espaço rural permite, saber e identificar desafios atuais, tipo o êxodo rural, a falta no trabalho agrícola, a pressão ambiental e o aumento da ligação entre o campo e a cidade.

Por isso, entender a sociologia rural é fundamental para pensar sobre os futuros de um desenvolvimento que seja, ao mesmo tempo, socialmente justo e ecologicamente equilibrado.

METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e análise documental, utilizando artigos científicos, livros e relatórios técnicos. Essa abordagem permitiu reunir diferentes perspectivas sobre a questão fundiária, a agricultura familiar, as políticas públicas e as transformações sociais no meio rural brasileiro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. QUESTÃO FUNDIÁRIA E DESIGUALDADE NO CAMPO

A questão fundiária refere-se à posse e à propriedade da terra, estando ligada diretamente à forma como ela é distribuída e concentrada entre os diferentes grupos sociais. No Brasil, esse problema é histórico: poucas famílias e empresas controlam grandes extensões de terra, enquanto milhões de pequenos agricultores e trabalhadores rurais têm pouco ou nenhum acesso a ela. Essa desigualdade gera conflitos agrários que se expressam em ocupações, despejos forçados e episódios de violência no campo.

A questão agrária, por sua vez, é mais ampla do que a fundiária. Ela não envolve apenas a distribuição da terra, mas também as condições sociais, políticas e econômicas que estruturam a vida no campo. Nesse sentido, abrange aspectos como o acesso às políticas públicas (crédito agrícola, assistência técnica,

infraestrutura), as condições de trabalho, a sustentabilidade da produção e a própria presença ou ausência do Estado em áreas rurais. Assim, pode-se dizer que a questão fundiária é parte da questão agrária, mas não a esgota.

Já a questão agrícola está relacionada especificamente à produção agrícola e à forma como a agricultura se organiza. Seu foco recai sobre técnicas e tecnologias utilizadas, produtividade, tipos de cultivo (monocultura ou policultura) e o modo como a produção se integra aos mercados interno e externo. Portanto, a questão agrícola tem um caráter mais econômico e produtivo do que social. Brumer e Santos (2006) discutem como a sociologia rural no Brasil se debruça sobre a modernização do campo, ressaltando a presença de conflitos e lutas sociais.

A concentração de terras no Brasil, marcada pela presença de grandes latifúndios ao lado de minifúndios e trabalhadores sem-terra, é um dos principais fatores de tensão no campo. Esse cenário gera o fortalecimento de movimentos sociais de luta pela terra, como o MST (Figura 1), além de disputas envolvendo territórios indígenas e quilombolas. Frequentemente, esses conflitos desembocam em violência, resultando em ameaças e assassinatos de trabalhadores e lideranças rurais.

Os efeitos sociais da distribuição desigual de terras são profundos. Entre eles estão a pobreza e a exclusão social no campo, o êxodo rural que leva milhões de pessoas a migrarem para as cidades em busca de oportunidades e a consequente favelização e aumento do desemprego urbano. Outro impacto é a baixa diversificação da produção agrícola, pois grandes propriedades priorizam monoculturas voltadas à exportação, em detrimento da produção de alimentos para consumo interno. Além disso, a concentração de terras reforça desigualdades históricas e gera impactos ambientais, já que grandes propriedades costumam adotar monoculturas intensivas e o uso massivo de agrotóxicos, comprometendo os ecossistemas.

Figura 1. Invasão de terra por MST.



Fonte: UOL, 2023.

2. AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL

A agricultura familiar é um dos pilares do desenvolvimento rural e da segurança alimentar no Brasil. Responsável por grande parte da produção de alimentos básicos, como arroz, feijão, mandioca, frutas e hortaliças, esse modelo produtivo contribui não apenas para a economia, mas também para a preservação cultural e a fixação das famílias no campo. A agricultura familiar representa a maioria dos estabelecimentos rurais no Brasil, desempenhando papel central na produção de alimentos e na geração de empregos no campo (Mitidieiro JR., 2022). Ao privilegiar a diversidade de cultivos e a produção em menor escala, garante alimentos frescos e acessíveis à população, fortalecendo a soberania alimentar do país.

No aspecto econômico, a agricultura familiar é essencial para dinamizar as economias locais, já que mantém a circulação de renda nas comunidades, gera empregos diretos e indiretos e estimula o comércio regional. Seu impacto vai além da produção, alcançando o fortalecimento das redes sociais e culturais do meio rural. No entanto, a sobrevivência desse setor depende de incentivos que assegurem condições justas de competitividade frente à produção em larga escala.

Entre as principais políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, destacam-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que garante a compra de no mínimo 30% da merenda escolar diretamente dos agricultores familiares, e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que adquire a produção para abastecer creches, hospitais e instituições sociais. Ambos os programas representam conquistas importantes, pois asseguram mercado garantido e valorizam a produção local, ao mesmo tempo em que promovem uma alimentação mais saudável e inclusiva. Segundo o Ministério da Agricultura, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) determina que pelo menos 30% dos recursos repassados para a alimentação escolar sejam utilizados na compra direta de produtos da agricultura familiar, fortalecendo o setor e garantindo renda aos pequenos produtores (Brasil, 2024).

Apesar desses avanços, os pequenos agricultores enfrentam desafios significativos. A concorrência com grandes produtores, que possuem maior acesso a crédito, tecnologia e logística, limita a competitividade da agricultura familiar. Além disso, dificuldades no escoamento da produção, carência de infraestrutura adequada e a vulnerabilidade diante das mudanças climáticas ampliam a desigualdade no campo. Sem políticas públicas consistentes e contínuas, os agricultores familiares ficam em posição fragilizada, o que compromete tanto sua sobrevivência quanto a segurança alimentar da população. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem se mostrado uma importante ferramenta para promover o escoamento

da produção da agricultura familiar, contribuir com a segurança alimentar da população vulnerável e fortalecer a economia local (Brasil, 2024).

Portanto, a agricultura familiar (Figura 2) deve ser reconhecida como um setor estratégico para o desenvolvimento rural. Investir em crédito acessível, assistência técnica, infraestrutura e programas de incentivo significa não apenas apoiar pequenos produtores, mas também garantir alimentos de qualidade, preservar a diversidade produtiva e promover a justiça social no campo. Valorizar a agricultura familiar é valorizar o futuro sustentável da sociedade brasileira.

Figura 2 – Família agricultora em lavoura de subsistência.



Fonte: Summit Agro, 2021.

3. TRADIÇÕES, VALORES E PRÁTICAS SOCIAIS NAS COMUNIDADES RURAIS

Tradições religiosas como as festas juninas e romarias, são uma culinária bem típico tipo pão caseiro, produtos direto da roça, folclore e aqueles saberes passando de uma geração a outra.

Valores fortes como os de vínculo familiar, a cooperação em comunidade, respeito total à natureza, religiosidade bem forte e uma solidariedade entre a vizinhança.

Práticas sociais tipo mutirões de trabalho, onde rola uma troca de ajuda entre os vizinhos, feiras que são locais, a transmissão oral de saberes sobre a agricultura, o uso dos remédios caseiros e as práticas artesanais. De acordo com Begnis, Arend e Estivalete (2014), as comunidades rurais preservam tradições que integram religiosidade, culinária típica e folclore, transmitindo saberes de geração em geração, valorizando o vínculo familiar, a cooperação comunitária e o respeito à natureza, além de manter práticas sociais como mutirões, feiras locais, uso de remédios caseiros e produção artesanal.

4. REPRESENTAÇÃO DO RURAL E URBANO NO SENSO COMUM

O Rural (como o povo vê): é visto como algo atrasado, meio rústico, sempre ligado à "vida simples"

e a agricultura, mas ao mesmo tempo associam a tranquilidade, a natureza e uma qualidade de vida.

Urbano (visão comum): ligado ao progresso, modernidade, a muitas oportunidades de trabalho e estudo, mas por outro lado vem também o estresse, a violência e esse individualismo todo.

Problema dessas imagens: tudo isso é tipo estereótipos que simplificam a realidade. O rural não é só atraso, assim como o urbano não é somente progresso, ambos são espaços muito dinâmicos e dependentes um do outro.

A influência da modernização na preservação cultural é um tema bem complexo. Impactos positivos: percebe-se uma melhoria no acesso à educação, saúde, transporte e comunicação com a internet e celular, expandindo a integração social para muitos. Impactos negativos: infelizmente, observa-se também a perda de tradições locais, o abandono de práticas culturais, e o êxodo rural, tudo des caracterizando comunidades tradicionais. Desafios: um grande desafio é equilibrar modernização com preservação cultural.

5. POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

A partir dos anos 1990, o Brasil estabeleceu um grupo de políticas públicas direcionadas especialmente para a agricultura familiar. O principal destaque inicialmente foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Pronaf, instituído em 1995. Ele providenciou um crédito diferente, com juros mais baixos e também, prazos mais bem ajustados à situação dos agricultores menores.

Depois, chegaram outros elementos importantes como o Seguro da Agricultura Familiar SEAf e o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar PGPAF, os dois tendo como meta diminuir riscos de mercado e de clima.

No tocante à assistência, a criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural PNATER em 2004 tentou reavivar a participação do Estado na propagação de tecnologias, porém com foco em sustentabilidade, agroecologia, e envolvimento social. Essa combinação de crédito, seguro e assistência técnica edificou uma estrutura institucional inovadora, que começou a reconhecer a agricultura familiar como o ator principal no progresso rural.

A zona rural brasileira, enfrentou no passado concentração de terras, disparidade social e exclusão econômica, as políticas públicas focadas na agricultura familiar tiveram um papel fundamental em amenizar essas disparidades, proporcionando acesso a crédito, mercados, e serviços que, antes, estavam limitados aos grandes agricultores. Além do suporte à produção, esses programas evoluíram, dialogando com políticas sociais. Iniciativas como o Programa Bolsa Família, a previdência rural, e o Programa Nacional de Habitação

Rural (PNHR), expandiram a ideia de cidadania no campo. Os mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), asseguraram o escoamento da produção familiar, ao passo que fortaleciam a segurança alimentar nas cidades. Esse conjunto de políticas reforçou a ideia de que desenvolvimento rural não é apenas aumento de produtividade, mas também inclusão social, redução da pobreza e fortalecimento das comunidades locais.

Entre os casos de maior destaque, o Pronaf alcançou grande capilaridade, chegando a disponibilizar bilhões em crédito a cada safra e inspirando políticas semelhantes em outros países “O Pronaf representou uma ruptura histórica ao reconhecer a agricultura familiar como sujeito de políticas agrícolas” (Aquino; Schneider, 2015). O PAA e o PNAE tornaram-se referências internacionais ao aproximar agricultores familiares de consumidores institucionais, garantindo renda e alimentos mais diversificados para escolas, hospitais e programas sociais. A PNATER, por sua vez, trouxe para a agenda a valorização da agroecologia e da participação comunitária.

Entretanto, os desafios permanecem expressivos. Parte significativa dos recursos do Pronaf concentrou-se em culturas como soja, milho e café, sobretudo no Sul e Sudeste, deixando agricultores mais pobres e regiões periféricas em

desvantagem. A burocracia, a falta de informação e a frágil organização de algumas comunidades dificultaram o acesso. Além disso, cortes orçamentários e mudanças políticas colocaram em risco a continuidade de iniciativas estratégicas como o PAA e a assistência técnica pública. Assim, embora os resultados positivos sejam inegáveis, a sustentabilidade e a democratização dessas políticas ainda dependem de maior equilíbrio regional, estabilidade institucional e apoio contínuo do Estado.

6. GLOBALIZAÇÃO E SEUS IMPACTOS NO MEIO RURAL

A agricultura brasileira passou a se conectar diretamente com o mercado internacional a partir da modernização da produção. Grandes empresas transnacionais dominaram setores estratégicos, como o fornecimento de sementes, fertilizantes, agrotóxicos e máquinas. Essa influência não se limitou à oferta de insumos: a agroindústria passou a ditar padrões de produção, prazos e até as variedades cultivadas, de acordo com a demanda do comércio global.

O campo deixou de ser pensado apenas como um espaço de abastecimento interno e passou a operar como uma engrenagem de cadeias globais de commodities. Essa inserção trouxe ganhos em escala e produtividade, mas ao custo de uma crescente dependência tecnológica e econômica dos agricultores em relação às corporações, “O processo de

modernização da agricultura brasileira ocorreu de forma conservadora, subordinando os agricultores à lógica dos complexos agroindustriais e ao mercado internacional" (Rover, 2004).

A lógica global também reconfigurou profundamente os modos de produzir e consumir. O campo, antes diverso em cultivos e práticas, viu-se orientado para monoculturas voltadas ao mercado. A produção deixou de priorizar a diversidade alimentar local e passou a seguir os interesses do agronegócio exportador.

Na comercialização, o elo direto entre agricultores e consumidores foi substituído por redes de supermercados, contratos de integração e grandes cooperativas. Essa transformação reduziu a autonomia dos pequenos produtores e alterou a forma como a sociedade urbana acessa os alimentos.

No consumo, cresceu o espaço para alimentos processados e derivados da indústria, enquanto produtos frescos e regionais perderam centralidade. A dieta passou a refletir mais a padronização global do que a cultura alimentar local.

A modernização trouxe oportunidades, mas também pressões quase insuportáveis aos agricultores pequenos. Vários foram expulsos, ou empurrados pra margem econômica, a culpa, tanto da dificuldade em competir com grandes propriedades mecanizadas (Figura 3) quanto pela falta de acesso a crédito e canais de venda estáveis.

Apesar disso, diversas estratégias de resistência se fortaleceram mesmo. A agricultura familiar passou a ter maior reconhecimento, especialmente por meio de políticas públicas tipo o Pronaf e programas de compras governamentais. Movimentos sociais e cooperativas criaram seus próprios canais de produção e comercialização, querendo fugir da dependência dos intermediários.

Figura 3 - Monocultura mecanizada voltada para exportação



Fonte: Agro 20, 2020.

Outra alternativa foi a diversificação econômica, turismo rural, produção agroecológica, agroindústrias artesanais e feiras locais deram novas fontes de renda. Esses caminhos mostram que, apesar da pressão das

corporações globais, existem chances de manter a agricultura familiar viva e ligada a modelos mais sustentáveis.

7. SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE

A relação entre agricultura, preservação ambiental e economia é um dos maiores desafios do mundo contemporâneo. A produção agrícola é essencial para garantir a segurança alimentar e o desenvolvimento econômico, mas, quando realizada sem critérios de sustentabilidade, pode causar degradação do solo, desmatamento, poluição da água e perda da biodiversidade. Por isso, o equilíbrio entre produtividade e conservação ambiental tornou-se indispensável para assegurar a qualidade de vida das gerações atuais e futuras.

Nesse contexto, surgem as práticas de manejo sustentável e a agroecologia (Figura 4), que buscam conciliar a produção agrícola com a preservação dos recursos naturais. O manejo sustentável envolve técnicas como a rotação de culturas, o uso racional da água, a recuperação de áreas degradadas e a redução do uso de agrotóxicos. O uso excessivo de fertilizantes agrícolas pode causar contaminação do solo e da água, afetando a saúde humana e provocando desequilíbrios ambientais, como alertam pesquisadores da Embrapa. (Mendes *et al.*, 2010).

Já a agroecologia propõe sistemas de produção diversificados, integrando agricultura e preservação ambiental, ao mesmo tempo em que valoriza os saberes tradicionais e a autonomia dos agricultores. Essas práticas permitem reduzir os impactos ambientais, aumentar a resiliência dos sistemas produtivos e melhorar a qualidade dos alimentos.

Os impactos da produção rural sobre o meio ambiente são variados e significativos. O uso intensivo de fertilizantes e defensivos químicos pode contaminar o solo e os lençóis freáticos; o desmatamento para ampliação das áreas de cultivo compromete a biodiversidade; e a compactação do solo causada pelo manejo inadequado das máquinas agrícolas reduz sua fertilidade. No entanto, quando adotadas práticas sustentáveis, a agricultura pode se tornar aliada da preservação ambiental, contribuindo para o equilíbrio climático e a manutenção dos ecossistemas. Estudos da USP apontam que mudanças no uso do solo, especialmente pela agricultura intensiva e urbanização, estão entre os principais fatores de degradação da qualidade da água dos rios no Brasil (USP, 2022).

A conservação dos recursos naturais é fundamental para o desenvolvimento rural sustentável. A água, o solo e a biodiversidade constituem a base da produção agrícola, e sua preservação garante a continuidade da atividade no longo prazo. Além disso, práticas sustentáveis podem gerar benefícios econômicos, reduzindo custos de insumos, aumentando a eficiência produtiva e abrindo mercados que valorizam

produtos ambientalmente responsáveis. Assim, sustentabilidade e economia não devem ser vistas como opostos, mas como dimensões complementares de um mesmo processo.

Em conclusão, a agricultura precisa avançar para modelos de produção que integrem eficiência econômica e responsabilidade ambiental. O manejo sustentável, a agroecologia e a conservação dos recursos naturais não são apenas alternativas viáveis, mas condições indispensáveis para o futuro do desenvolvimento rural. Valorizar essas práticas significa garantir alimentos de qualidade, proteger o meio ambiente e promover um desenvolvimento verdadeiramente equilibrado.

Figura 04 – Sistema agroecológico em pequena propriedade rural.



Fonte: EcoDebate, 2020.

8. TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS NO CAMPO

As transformações sociais no campo, representam algo ativo e multifacetado, nascidas da interação entre os fatores econômicos, políticos, culturais e ambientais. Ao longo da história, o espaço rural brasileiro passou por diversas mudanças estruturais, na maneira como a produção é organizada e nas relações sociais entre os diferentes atores que o compõem. As mudanças refletem, acima de tudo, a tecnologia, a modernização da agricultura, e a organização das políticas públicas de desenvolvimento rural.

A partir dos anos 1960, com a chamada Revolução Verde tomado força, o Brasil experimentou um processo de modernização agrícola, com foco na mecanização, no uso de insumos químicos e na criação de novas sementes. Esse processo aumentou bastante a produtividade, e fez o país um dos maiores produtores mundiais de grãos e produtos agrícolas. Mas, os efeitos sociais dessa modernização foram bem estranhos: ao mesmo tempo em que ampliou a capacidade produtiva, também causou exclusão social, concentração de terras e um aumento do êxodo rural.

Muitas famílias camponesas sem grana pra competir com os grandões, foram morar nas cidades, atrás de uma vida melhor. A modernização agrícola no Brasil, especialmente após a Revolução Verde,

favoreceu os grandes produtores e contribuiu para a concentração de terras e o êxodo rural (Silva, 2015).

Enquanto isso, nos últimos tempos, a agricultura familiar cresceu muito e ficou importante, produzindo comida para todo mundo. Programas do governo, tipo o PRONAF e o PAA, ajudaram muito a dar valor às fazendas pequenas e aos agricultores, dando comida segura, dinheiro e mantendo a cultura do interior. Essa mudança mostrou que o campo é muito mais que só plantar, é um lugar para viver e fazer a vida acontecer.

Outras mudanças no campo é a preocupação com o meio ambiente, as pessoas tão querendo formas de produzir de um modo que não afete tudo.

A expansão da agricultura orgânica agroecológica e conservacionista fortalece as iniciativas coletivas, certo, de pequenos e médios produtores, promovendo uma maior integração entre campo e cidade, através de canais curtos de comércio, tipo feiras, cooperativas, e mercados institucionais. Essa visão favorece a diversificação da economia rural, e ajuda na permanência das famílias no campo, diminuindo os efeitos do êxodo rural.

Além disso, as mudanças sociais no campo se conectam às transformações culturais e tecnológicas, que impactam o estilo de vida da população rural. O aumento do acesso à educação, internet, e serviços básicos gerou novas formas de organização comunitária, aumentando assim a participação política dos agricultores. Movimentos sociais, sindicatos e cooperativas têm tido um papel chave na luta pela reforma agrária, na defesa dos direitos dos trabalhadores e no fortalecimento das pessoas de culturas camponesas.

Por isso, entender que as transformações sociais no campo mostram a importância de reconhecer os progressos e os problemas desse ramo. O campo já não é só pra plantar e colher. Agora, é lugar de gente, cultura, e correria por um futuro melhor para todos.

9. TRABALHO E RELAÇÕES SOCIAIS NO CAMPO

9.1 ESTRUTURA FAMILIAR E DIVISÃO DE TAREFAS NA AGRICULTURA

Na agricultura familiar, a organização do trabalho segue a própria dinâmica do lar. Pais, filhos e cônjuges compartilham responsabilidades, tanto em relação à produção quanto às atividades cotidianas. Essa classificação considera aspectos como idade, gênero e até o papel que cada um desempenha na família. Schneider (2003) ressalta que cada membro da família experimenta a dinâmica da pluriatividade de maneira única, o que pode resultar em efeitos variados tanto para a vida do grupo quanto para a produção rural.

9.2 PAPEL DAS MULHERES, JOVENS E TRABALHADORES ASSALARIADOS NA PRODUÇÃO RURAL

As mulheres desempenham um papel fundamental no campo: contribuem para a produção, cuidam do lar

e asseguram a continuidade da vida familiar. Apesar disso, sua contribuição nem sempre é totalmente reconhecida. Por sua vez, os jovens, diante dos desafios do meio rural, procuram opções em empregos urbanos ou industriais, buscando conquistar maior independência e melhores padrões de vida. Já os trabalhadores assalariados vêm perdendo espaço em razão da mecanização e das transformações nos métodos de produção a vêm perdendo espaço em razão da mecanização e das transformações nos métodos de produção agrícola. Schneider (2003) ressalta que a redução desses empregos está diretamente relacionada à modernização do campo e à crise de certas culturas tradicionais.

9.3 RELAÇÕES DE PODER E HIERARQUIAS SOCIAIS NO MEIO RURAL

As relações de poder no campo se manifestam tanto nas comunidades quanto nas dinâmicas familiares. Para essa organização, o controle da renda e o acesso à terra são componentes fundamentais. Normalmente, os pais são encarregados da gestão do dinheiro, o que acaba por fortalecer as hierarquias internas fundamentadas em gênero e idade. Schneider (2003) indica que essa concentração financeira reforça o poder dos chefes de família, perpetuando um modelo patriarcal bastante presente no meio rural.

9.4 DESAFIOS E PERSPECTIVAS FUTURAS DA SOCIOLOGIA RURAL

Um dos principais desafios do setor rural atualmente é alcançar o crescimento econômico sem comprometer a preservação ambiental e o valor das comunidades locais. Nesse contexto, a agricultura familiar se destaca, principalmente quando incorpora práticas agroecológicas e diversificadas. Feitosa e Ferreira (2024, p. 12) enfatizam que “a agricultura familiar é fundamental não apenas para a segurança alimentar e para o desenvolvimento econômico local, mas também para a preservação ambiental e cultural”. Em outras palavras, ela simboliza um método de produção que combina renda, sustentabilidade e identidade cultural.

9.5 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO COOPERATIVISMO

Para que a agricultura familiar prospere e se consolide, é fundamental contar com políticas públicas de suporte e também com a organização coletiva dos agricultores. Iniciativas como o PRONAF, aliadas à criação de cooperativas, desempenham um papel fundamental nesse processo, assegurando acesso ao crédito, geração de renda e inserção em mercados mais competitivos. Feitosa e Ferreira (2024, p. 19) ressaltam que “a criação de cooperativas foi uma estratégia fundamental para o fortalecimento da agricultura familiar, promovendo a organização dos

pequenos agricultores e facilitando o acesso a mercados maiores e mais competitivos”.

9.6 TENDÊNCIAS PARA A RURALIDADE MODERNA: TECNOLOGIA, SUSTENTABILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL

O setor está em constante evolução, e a modernização cria novas possibilidades para os pequenos produtores. A digitalização, a promoção da sustentabilidade e a inclusão social são tendências que ganham cada vez mais força. O aumento do mercado de produtos orgânicos e a adoção de tecnologias digitais contribuem para tornar a agricultura familiar mais moderna e competitiva.

Feitosa e Ferreira (2024, p. 22) apontam que “a crescente digitalização do setor agrícola abre novas possibilidades para a agricultura familiar, permitindo que os agricultores melhorem suas operações e alcancem consumidores em diferentes regiões”.

CONCLUSÕES

A análise demonstrou que a Sociologia Rural é essencial para compreender as transformações no campo brasileiro, especialmente no que se refere à desigualdade fundiária, à importância da agricultura familiar e à necessidade de políticas públicas consistentes. O fortalecimento do cooperativismo e a adoção de práticas sustentáveis surgem como alternativas fundamentais para promover o desenvolvimento rural de forma justa, inclusiva e ambientalmente equilibrada.

REFERÊNCIAS

BEGNIS, Heron Sergio Moreira; AREND, Silvio Cezar; ESTIVALETE, Vania de Fatima Barros. Em frente ao espelho: a produção do conhecimento em cooperativas na Revista de Economia e Sociologia Rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 99-116, 2014.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Mapa e MEC se unem para fortalecer a agricultura familiar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Brasília: MAPA, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/ptbr/assuntos/noticias/mapa-e-mec-se-unem-parafortalecer-a-agricultura-familiar-no-ambito--nacional-de-alimentacao-escolar>. Acesso em: 22 set. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Programa de Aquisição de Alimentos chega aos 22 anos consolidado como importante política pública de promoção da segurança alimentar. Brasília:

- MDS, 2024. Disponível em:
<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/programa-de-aquisicao-de-alimentos-chega-aos-22-anos-consolidado-como-importante-politica-publica-de-promocao-da-seguranca-alimentar>. Acesso em: 22 set. 2025.
- BRUMER, Anita; SANTOS, José Vicente Tavares dos. Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX). **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 9, n. 9, p. 49-72, jul./dez. 2006. Disponível em:
<https://www.scielo.br>. Acesso em: 22 set. 2025.
- CORONEL, Daniel Arruda; BENDER FILHO, Reisoli; PERONDI, Miguel Ângelo. Editores associados da Revista de Economia e Sociologia Rural: eficiência e eficácia no processo editorial. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 2024. Disponível em:
<https://doi.org/10.21452/abecmeeting2024.225>. Acesso em: 29 ago. 2025.
- FAO. **Diretrizes voluntárias para o manejo sustentável dos solos**. Roma: FAO, 2016. Disponível em: <https://www.fao.org/policy-support/tools-and-publications/resources-details/en/c/1027927/>. Acesso em 7 set. 2025.
- FEITOSA, Marlon de Sousa; FERREIRA, Orilene Martins. **Agricultura familiar: desenvolvimento sustentável e os desafios enfrentados na atualidade**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2024. Disponível em:
https://sistemas2.uespi.br/simplesearch?etal=0&order=desc&query=ensino+de+gra%C3%A1ticia&rpp=10&sort_by=score&start=1140. Acesso em: 19 set. 2025.
- GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Política públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. 2015. Disponível em:
<https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/22239>. Acesso em: 5 set. 2025.
- MENDES, A. M. S. et al. **Impactos ambientais causados pelo uso de fertilizantes agrícolas**. In: BRITO, L. T. De L. et al. Impactos ambientais causados pela agricultura no Semiárido brasileiro. Petrolina: Embrapa, 2010. Disponível em:
<http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/875492>. Acesso em 7 set. 2025.
- MITIDIEIRO JR., J. Segurança alimentar: reflexões sobre um problema complexo. **Revista Estudos Avançados**, v. 36, 2022. Disponível em:
<https://revistas.usp.br/eav/article/view/219655>. Acesso em 7 set. 2025.
- ROVER, Oscar José. **Indicações para uma agenda de desenvolvimento rural brasileira no início do século XXI considerando os impactos da globalização**. Cadernos de Economia (UNOESC. Impresso), Chapecó, v. 15, 2004. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/260403494_INDICACOES_PARA_UMA_AGENDA_DE_DESENVOLVIMENTO_RURAL_BRASILEIRA_NO_INICIO_DO_SECULO_XXI_CONSIDERANDO_OS_IMPACTOS_DA_GLOBALIZACAO. Acesso em 5 set. 2025.
- SCHNEIDER, Sérgio. **A diversidade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em:
<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/23207/000717534.pdf?seq=1>. Acesso em: 19 set. 2025.
- SILVA, Genivânia Maria da. **As transformações no campo brasileiro: modernização da agricultura e desenvolvimento territorial rural**. Boletim Dataluta, Brasília, n. 87, 2015. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/BD/article/view/52921>. Acesso em: 05 set. 2025.
- USP. **Mudanças no uso do solo são principal fator de degradação da qualidade da água dos rios no Brasil**. Jornal da USP, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br> Acesso em 7 set. 2025